

## **Leasing perde vantagem com alta alíquota**

*Marcelle Gutierrez*

Os contratos de arrendamento mercantil (leasing, na sigla em inglês) registram queda em 2011. A baixa, segundo especialistas, é consequência da diminuição de negócios no segmento de pessoa física, principalmente em veículos, por conta da indefinição sobre a cobrança do Imposto Sobre Serviço (ISS) e da migração para a modalidade Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

Em janeiro do último ano, o saldo total era de R\$ 111,069 bilhões. Em março de 2010, o valor chegou a R\$ 107,693 bilhões. Já em março de 2011, o saldo de leasing totalizou R\$ 80,450 bilhões, queda de 25,30%, de acordo com dados do Banco Central.

A Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel) consolida números semelhantes, que reforçam a diminuição de contratos. Na comparação com março de 2010, a queda chegou a 22,98%, de R\$ 102,7 bilhões para R\$ 79,1 bilhões no mesmo período de 2011. Já em relação a fevereiro de 2011, de R\$ 81,3 bilhões, o recuo foi de R\$ 2,7%.

Para Osmar Ronsolato Pinho, presidente da Abel, a discussão tributária sobre a incidência do ISS em contratos de leasing impacta diretamente no desempenho do segmento. "Aguardamos a decisão do STJ [Superior Tribunal de Justiça] de julgar a ação para estabelecer a forma de recolhimento do ISS. Enquanto isso, as taxas em veículos, por exemplo, ficam compatíveis com o CDC e os bancos preferem oferecer essa linha, por conta da insegurança jurídica. Se continuar assim, as operações com pessoa física devem cair e pessoa jurídica deve continuar a subir."

Após a decisão de cobrança do ISS em operações de arrendamento, aprovada em 2010, ainda permanece a discussão e os processos no STJ, se o imposto deve ser pago no município onde está localizada a empresa de leasing ou no local de prestação do serviço. Este é o único imposto pago no arrendamento mercantil, com alíquota que varia entre 2% e 5%. "No entender da Abel, o ISS de leasing é da sede da sociedade arrendadora, que na maior parte das cidades é de 2%. Se depender do município onde o bem foi adquirido, a alíquota pode chegar a 5%", esclareceu Pinho.

Em relação ao imobilizado de arrendamento por tipo de bens, o item veículos e afins continua na liderança, com 77,76% do total. Em seguida, aparece o setor de máquinas e equipamentos com 16,35%, equipamentos de informática com 2,63% e outros, com 3,26%, segundo dados da Abel.

O professor de Administração da ESPM, Orlando V. Sampaio Jr., explica os motivos da queda do arrendamento mercantil, principalmente no segmento de maior destaque, o de veículos.

"O leasing era muito utilizado por causa da isenção fiscal, o que proporciona taxas de juros menores. Agora há o ISS e a questão do município onde deve ser pago o imposto. Se não depender da cidade da empresa, fica onde aconteceu o contrato, o que diminui a vantagem do leasing para o consumidor. Além disso, nesse sistema o cliente que compra um carro, por exemplo, não pode quitar a dívida antes do financiamento", explica o docente.

O aumento de operações em CDC para a aquisição de veículos também justifica a queda do leasing. Segundo a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), a modalidade cresceu 6,4% em relação ao primeiro trimestre de 2010, para saldo total de R\$ 190,4 bilhões. "Para os bancos, a operação de leasing é mais complicada, com sistema de controle mais complexo. Já que as taxas de juros estão praticamente equiparadas é mais fácil oferecer o CDC", acrescentou o professor da ESPM.

Enquanto as operações para consumidores registram queda contínua, as linhas para empresas apresentam menor porcentagem de queda, com saldo semelhante a pessoa física.

Em março de 2010, o saldo total de pessoa física era de R\$ 60,367 bilhões, contra R\$ 47,326 bilhões de pessoa jurídica. Em março de 2011, PF totalizou R\$ 41,113 bilhões, ante R\$ 39,337 de PJ. "Para os próximos meses, deve haver aumento em PJ, principalmente em máquinas e equipamentos. Como o novo aumento do PSI, ganha competitividade no mercado", opinou Osmar Ronsolato Pinho, presidente da Abel.

### Leasing de aviões

Para financiar 100% da compra de quatro aviões, a TAM fechou negócio com o banco Santander no sistema spanish leasing, que funciona como um aluguel das aeronaves. O valor da operação gira em torno de US\$ 180 milhões. A instituição financeira oferece o capital, de 20%, e o restante ficou a cargo da BNP Paribas, do KfW Iplex Bank GmbH e do Credit Industriel et Commercial.

"É uma operação que acontece a partir da sede na Espanha, com o capital. O restante, procuramos no mercado em forma de dívida", argumentou Luís Eduardo Rangel, superintendente da Área de Asset & Capital Structuring do Banco Santander.

Além da TAM, o banco realizou operação semelhante em 2010 com a Azul Linhas Aéreas, no valor de US\$ 250 milhões, em conjunto com o BNDES.



Fonte: DCI, São Paulo, 27 maio 2011, Finanças & Mercados, p. B1.